DINALVA OLIVEIRA: A GUERRILHEIRA DO ARAGUAIA – PROTAGONISMO FEMININO E RELAÇÕES DE GÊNERO EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR

DINALVA OLIVEIRA: THE GUERRILLA FIGHTER OF ARAGUAIA – WOMEN'S AGENCY AND GENDER RELATIONS IN TIMES OF MILITARY DICTATORSHIP

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior [*]
ary.junior@ufmt.br

Losandro Tedeschi[**]
losandrotedeschi@ufgd.edu.br

RESUMO: O ano de 2025 marca os 61 anos do golpe civil-militar que deu início a um dos momentos mais tenebrosos de nossa história recente: a ditadura militar (1964-1985). Nesse contexto, inúmeras foram as frentes de luta realizadas e que buscaram não apenas resistir à escalada repressiva, como também deixaram um legado de luta. Nesse sentido, a participação e o protagonismo feminino foram fundamentais, tendo muitas mulheres atuado em partidos políticos, movimentos sociais e na luta armada. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo destacar a militância feminina de Dinalva Oliveira, militante baiana, que, assim como outras mulheres, teve a trajetória interrompida pela repressão, durante o episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia. Para tanto, buscaremos tecer reflexões não apenas sobre as suas ações, mas também como as categorias de gênero e as relações de poder vinculadas ao período impactaram na vida de mulheres como Dinalva.

PALAVRAS-CHAVE: Dinalva; Guerrilheira; Ditadura militar.

ABSTRACT: The year 2025 marks the 61st anniversary of the civil-military coup that ushered in one of the darkest periods in Brazil's recent history: the military dictatorship (1964-1985). In this context, numerous struggles were waged, seeking not only to resist the escalating repression, but also to leave a lasting legacy of resistance. In this sense, women's participation and agency were fundamental, with many women taking prominent roles in political parties, social movements, and armed struggle against the regime**.** Thus, this article aims to highlight the militancy of Dinalva Oliveira, a political activist from Bahia, whose trajectory — like that of many others — was interrupted by repression during the episode known as the Araguaia Guerrilla. We aim to reflect not only on her actions but on how gender categories and power relations linked to that period impacted the lives of women like Dinalva.

KEYWORDS: Dinalva; Guerrilla fighter; Military dictatorship.

Introdução

No pós-Segunda Guerra, os embates ideológicos provenientes do que se denominou Guerra Fria se expandiu pelo mundo. Nesse contexto, a América Latina não ficou ilesa, vendo surgir inúmeras ditaduras, que, com apoio norte-americano, fortaleceu a premissa do comunismo como inimigo do Estado.

[*] Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

[**] Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pós-doutor pela Universidade de Jaén/Espanha e pela UNICAMP. Professor Titular na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS).

Recebido em 06 de agosto de 2025
Aprovado em 17 de novembro de 2025

Nessa perspectiva em 1964 com o apoio dos Estados Unidos, de parte da sociedade civil e conglomerados empresariais, uma ala militar sob o pretexto que João Goulart, então presidente do Brasil, tinha intenções comunistas ou até mesmo de criar uma república sindicalista, realizou um golpe de Estado (Fico, 2008; Delgado, 2014). Com falsa imagem democrática, o que se viu dias após o golpe foi a centralização do governo e uma escalada de medidas arbitrárias, as quais duraram 21 anos e deixaram um legado de perseguições, assassinatos e impactos nos mais variados campos da sociedade.

Nesse sentido, as ações repressivas e os diferentes projetos políticos da esquerda brasileira criaram caminhos e propostas de ação, perpassando a luta armada. Contudo, apesar dos avanços significativos no campo dos estudos de gênero, história das mulheres e ditadura militar, a abordagem da participação feminina na luta armada no campo ainda carece de estudos, principalmente sobre a Guerrilha do Araguaia.

No caso da Guerrilha do Araguaia (1972-1974), movimento guerrilheiro localizado no Norte do Brasil, as pesquisas existentes na historiografia Brasileira sobre sua ação são vastíssimas (Campos Filho, 1997). Porém, durante muito tempo tenderam a construir e demonstrar um protótipo de resistência e militância política predominantemente masculina – o homem como sujeito revolucionário por excelência, relegando, assim, as vozes, os corpos e as experiências das mulheres revolucionárias a segundo plano, tornando-as invisíveis tanto como militantes quanto como combatentes. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo destacar a militância feminina de Dinalva Oliveira, militante baiana, que, assim como outras mulheres, teve a trajetória interrompida pela repressão, durante o episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia. Para tanto, buscaremos tecer reflexões não apenas sobre suas ações, mas também como as categorias de gênero e as relações de poder vinculadas ao período impactaram na vida de mulheres como Dinalva.

A resistência feminina e a Guerrilha do Araguaia

No ano de 2025, o Brasil completa 61 anos do golpe civil-militar e ao longo das décadas que esteve à frente do Estado brasileiro, os militares, que se revezavam no poder, impuseram medidas repressivas que extinguiram não apenas os Direitos humanos, mas todas as prerrogativas democráticas. Segundo o relatório produzido pela Comissão Nacional da

Verdade (CNV, 2014)[1], mais de 400 pessoas se encontram desaparecidas e/ou mortas. Já segundo o relatório do "Projeto Brasil: Nunca Mais", mais de 1900 pessoas atestam terem sido presas e torturadas durante a Ditadura Militar[2]. Logo, reforçamos que, apesar dos avanços significativos e do trabalho incansável de comissões, ainda há muito o que compreendermos acerca dos anos vividos entre 1964 e 1985. Além disso, é fundamental reforçar a luta contra os ecos do negacionismo, o qual ganhou força nos últimos anos e que vem distorcendo fatos já debatidos pela historiografia.

Importante destacar que o processo de abertura política e de redemocratização contribuiu para a disponibilidade de alguns fundos documentais, somadas as muitas pessoas afetadas pela ditadura, que puderam relatar os horrores que vivenciaram e denunciar o Estado brasileiro. Nesse contexto, as mulheres, a partir de muita luta dos movimentos feministas e sociais, passaram a ocupar e destacar o quão foram protagonistas no processo de luta contra o a ditadura e na retomada democrática. Como destaca Rago,

> Na verdade, depois do fim da ditadura militar no Brasil, as memórias, os testemunhos, as autobiografias ou os romances memorialistas que tratam da experiência da militância política em partidos de esquerda e da prisão foram, em sua maior parte, produzidos por militantes do sexo masculino, embora muitas mulheres tivessem tido uma atuação de destaque nos grupos políticos "revolucionários" e na resistência contra o regime (2013, p. 62).

Nessa perspectiva, com o crescimento destes estudos, bem como os trabalhos realizados por comissões de Direitos Humanos e movimentos sociais, muitas mulheres passaram a ser (re)vistas no cenário público em meio à luta política do país e a resistência à ditadura militar. Dentre elas, mencionamos os exemplos de Iara Iavelberg, Helenira Resende, Lúcia Murat, Amelinha Teles, Criméia Schimdt, Jani Vanine e Dinalva Oliveira.

Acerca do termo resistência, o entendemos como de suma importância para analisarmos a presença feminina no período[3], pois ele deve transcender a ideia política partidária, destacando a resistência a uma cultura que expunha padrões e formas de ser e agir em sociedade. "Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos

[1] O relatório final foi dividido em três partes, as quais podem ser acessadas em: Página Inicial - CNV - Comissão Nacional da Verdade Acesso em 30 mar. 2025.

[2] O acervo com toda a documentação por ser acesso em: BNM - Digit@l Acesso em: 31 jul. 2025.

[3] "O termo resistência passou a ser mais difundido, principalmente, após a Segunda Grande Guerra em oposição às forças nazistas. Contudo, enquanto para aquele período a resistência soava no sentido defensivo, no âmbito do período militar brasileiro, o termo resistência recebe uma qualificação de combate ao Estado opressor" (Ridenti, 2004, p. 54).

objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política" (Butler, 2003, p. 19). Tem-se em vista que as visões normatizadoras, bem como a regulação de corpos e de sexualidades, foram amplamente utilizadas como dispositivos de poder sobre as mulheres, principalmente quando presas, fichadas nos porões da ditadura e nas práticas de tortura. Segundo Michel Foucault,

> Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalização: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias (1997, p. 98).

Dessa forma, por muito tempo houve a predominância de uma visão que colocava as mulheres como frágeis, menos perspicazes que os homens e dotadas de menor capacidade, discursos que indicavam, nas ações de tortura, torturadores homens utilizavam diferentes formas de menosprezar e, ao mesmo tempo, demonstrar o total incômodo de mulheres na militância política.

No caso da Guerrilha do Araguaia, ela ocorreu entre os estados do Tocantins, Maranhão e Pará, no Brasil, e partiu do quadro do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que considerava o modelo de guerra popular prolongada, tendo a revolução maoísta chinesa de 1949 e a cubana de 1959 como modelos, a melhor saída no combate à ditadura e um caminho para o socialismo (Segatto, 1995).

Em termos de organização, as/os militantes que foram para o Araguaia foram divididas/os em três destacamentos, sendo eles o A, o B e C[4]. O destacamento A integrava as cidades de São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia, o B foi composto por São Geraldo do Araguaia e o C ficava nas proximidades de Xambioá (Campos Filho, 1997; Cavalcanti Junior, 2020).

Ao todo, estima-se que sessenta e nove militantes chegaram à região, sendo também incorporados camponeses no avanço da guerrilha. Do número destacado acima, dezesseis eram mulheres, sendo elas e seus respectivos destacamentos: Criméia Schimdt, Helenira Resende, Lúcia Maria, Jana Moroni e Maria Célia no A. Suely Yumiko, Dinaelza Santana, Luiza Garlippe, Regilena da Silva Carvalho e Walkíria Afonso no B. E por fim, Áurea Valadão, Dinalva

[4] Cada destacamento possuía comandante e subcomandante (Morais; Silva, 2005).

Oliveira, Luzia Reis, Maria Lucia Petit e Telma Regina no destacamento C (Morais; Silva, 2005; Cavalcanti Junior, 2024).

Cabe ressaltar que, apesar do número significativo de mulheres que participaram da Guerrilha do Araguaia, apenas Dinalva Oliveira chegou ao subcomando militar. Soma-se a esse fato que ainda existem poucos trabalhos que buscam apresentar quem foram essas militantes que estiveram no Araguaia. Dentre eles, mencionamos *Coração Vermelho: a vida de Elza Monnerat*, de Bercht (2002), *Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes*, de Maia, Siqueira e Savignano (2004); *Helenira Rezende e a Guerrilha do Araguaia*, de Ribeiro (2007); *Araguaia da guerrilha ao Genocídio*, de Aquino e Carvalho (2011); e *As Dinas do Araguaia: protagonismo feminino na luta contra a ditadura militar*, de Cavalcanti Junior (2024). Três outras obras, *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, de Sá (2004), *Entre o sonho e o poder: a trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoíno*, de Paraná (2006) e *Memórias do Araguaia*, de Dagoberto Alves Costa (2018), apesar de não trazerem como foco a militância feminina, a retratam em alguns momentos das obras.

No que concerne ao período ditatorial, os primeiros trabalhos acadêmicos que destacam as mulheres foram os produzidos respectivamente por Ferreira (1996), Colling (1997) e Maklouf (1998), porém em 1990, Ridenti já problematizava a questão. Em comum com os trabalhos pioneiros dos anos 90 do século XX, estão a reafirmação que as mulheres lutaram não apenas politicamente, mas contra uma cultura patriarcal que as oprimia e a importância dos debates acerca da categoria de gênero. Como destaca Colling (1997), ao caracterizarmos a resistência da mulher à ditadura, esta transcende a questão política e entra numa perspectiva também cultural, em que

> As mulheres assumiram a militância nas organizações de esquerda negando a sua condição de mulher; As organizações eram espaços fundamentalmente masculinos, o que impunha ás mulheres a necessidade de se colocarem como militantes, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. Os homens militantes tinham posições diferentes porque viam as militantes também como mulheres (Colling, 1997, p. 75).

Ainda quanto às discussões de gênero e dos espaços atribuídos à mulher, Ferreira (1996, p. 51) destaca que “a diferenciação entre os sexos está na base do processo classificatório que organiza a sociedade, ao mesmo tempo que é, ela própria, construída pela cultura”. Ao realizarmos uma breve reflexão no número de mulheres que chegaram a

comandar um partido ou movimento de resistência na ditadura, não alcançaremos muitos nomes[5].

Para tanto, segundo levantamento realizado pelo Brasil Nunca Mais, descrito por Ridenti (1993), entre os anos de 1960 e 1970, 16% dos processos tinham como indiciadas mulheres, sendo em sua maioria possuidoras de instrução acadêmica. Sendo assim, por mais que apenas o nível de instrução não tenha sido elemento fundamental para a militância, não ficam claros quais os atributos as mulheres deveriam ter para obterem o comando de determinados partidos e segmentos sociais do período. Contudo, nos permite refletir sobre como esses espaços ainda tinham uma predominância masculina.

Outro campo que expõe situações além da política eram as práticas de tortura, as quais as mulheres que foram submetidas, em sua grande maioria tiveram seus corpos expostos não apenas aos aspectos físicos, mas, também simbólicos, dentro de uma lógica misógina e sujeitados ao poder simbólico patriarcal.

Como destaca Geneviéve Fraisse (2012), ao tratarmos do sujeito precisamos falar sobre a construção do corpo feminino, o qual era amplamente invadido por torturadores, não apenas como prática atroz de retirar informações de suas vítimas, mas fazer uso de seu poder construído sobre o corpo feminino. Tal ponto é possível observar no depoimento de Dulce Maia, ex-militante da Vanguarda popular Revolucionária (VPR), que destaca:

> O estupro foi nos primeiros dias, o que foi terrível para mim. Eu tinha de lutar muito para continuar resistindo. Felizmente, eu consegui. Só que eu não perco a imagem do homem. É uma cena ainda muito presente. Depois do estupro, houve uma pequena trégua, porque eu estava desfalecida. Eles tinham aplicado uma injeção de pentotal, que chamavam de 'soro da verdade', e eu estava muito zonza. Eles tiveram muito ódio de mim porque diziam que eu era macho de aguentar. Perguntavam quem era meu professor de ioga, porque, como eu estava aguentando muito a tortura, na cabeça deles eu devia fazer ioga. Me tratavam de 'puta', 'ordinária'. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana. Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta (Brasil, 2010, p. 70).

O que podemos observar no relato acima é que a ditadura também agia no corpo. E, quando tratamos da concepção de corpo, estamos falando de algo estritamente construído e

[5] Quando nos referimos a poucos nomes, acreditamos que isso se deve não à pouca militância feminina, mas ao pouco espaço a elas destinado, fazendo com que os militantes homens tivessem maior destaque em façanhas.

que representa práticas de poder cultural. São esses “corpos abjetos”, categoria essa definida por Judith Butler (2019) para definir, caracterizar, quais os corpos cujas vidas, expressões e materialidades são compreendias como não importantes, descartáveis, insignificantes, que não constituiriam a plenitude e manifestação da vida de fato. Nesse contexto, como destaca Joffily:

> Cada história de vida é uma história de um corpo e cada corpo tem um sexo que possui valor histórico, social e cultural. O conceito de corpo diz respeito aos significados e sentidos que podemos atribuir a qualquer interação que se estabelece (consigo mesmo, com os outros ou com objetos). Ou seja, o corpo é o organismo atravessado por todas as experiências vividas, pela inteligência e pelo desejo (2010, p. 2).

Dessa forma, devemos compreender que as ações de tortura travessavam todos os aspectos da vida das pessoas expostas a ela, no caso desse artigo as mulheres. Para tanto, a partir do relatado de Dulce Maia, o estupro traz para a ex-militante não apenas uma lembrança de tortura, como também, em suas próprias palavras, uma resistência, algo que muitos militares realizavam tentando reforçar o discurso da fragilidade do corpo feminino e o poder sobre ele, ligada a uma lógica de gênero, uma vez que:

> Na tortura, as mulheres enfrentam uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero – o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero (Joffily, 2010, p. 228).

Logo, ressaltamos que as relações de gênero e sua utilização como categoria para análise histórica[6] é de suma importância para encararmos a forma como os homens, militares, enxergavam as mulheres militantes. Eles, inúmeras vezes, as adjetivavam como “putas”, o que trazia consigo o poder do simbólico sobre o corpo feminino, principalmente por transgredir a “regra” de sair do privado (Colling, 1997). Logo, pensar a presença da mulher em seus diferentes tempos históricos é ter consciência que os espaços, bem como os cerceamentos a elas destinados, são frutos de um discurso que foi construído e solidificado ao longo dos anos.

[6] Aqui fazemos alusão ao clássico estudo de Joan Scott. Ver: SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott (1995).

Ainda no âmbito das relações de gênero e as torturas vivenciadas pelas mulheres, Marise Egger-Moellwald, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), descreveu:

> Os homens que me torturavam se revezavam entre o local onde eu estava e a sala contígua. Estavam num estado de alteração psíquica indescritível. Eu era erguida da cadeira e jogada, nua encapuzada, como se fosse uma peteca, de mão em mão, no meio de xingamentos e gritaria. Depois, fui submetida a tapas e choques elétricos. Perdi alguns dentes e todas as minhas obturações caíram. Como estava amamentando, o leite escorria pelo meu corpo, o que constrangeu alguns torturadores e estimulou outros (Merlino; Ojeda, 2010, p. 83).

O testemunho acima ilustra como o aparelho repressor da ditadura brasileira usou a tortura como um meio de exercício de poder e dominação total, como forma de punir a transgressividade e a resistência feminina. Logo, é possível considerar que a ditadura militar aliava o ódio aos que eram contrários ao regime e descarregava sobre o corpo das mulheres sua punição, misoginia e controle. Ou seja, as mulheres que militavam politicamente estavam em um lugar que não era devido a elas e com isso tinham a alcunha de serem diferenciadas na prática de coerção do Estado brasileiro.

O que podemos notar é que este discurso não é simplesmente um ataque ao corpo das mulheres, ao gênero. O que a ditadura tentava visibilizar e impor era uma mensagem de controle masculino violento, ilimitado, abaixo dos limites da sensibilidade humana. Nas ações dos torturadores, a necessidade de demonstrar essa falta de limites na execução de ações cruéis, de punição aos corpos femininos, é ainda mais crítica, pois não havia limites jurídicos ou estatais que pudessem coibir tal violência. A crueldade e tortura foram a única garantia de controle sobre os corpos-territórios femininos na ditadura militar. Ao infligir crueldade a esses corpos, a ditadura militar os transforma em corpos descartáveis, “corpos abjetos”.

Nesse aspecto, como reforça Rita Segato:

> Cruzar el orden nacional republicano y sus formas de discriminación y violencia, con el tema de la subordinación patriarcal y los crímenes contra las mujeres y contra aquellos que desafían la orden patriarcal – porque considero que tanto los feminicidios, como los crímenes homofóbicos, las torturas al cuerpo femenino, lo asesinato de travestis, es decir, son crímenes del patriarcado contra todo aquello que desafía la orden patriarcal (2019, p. 19).

O corpo torturado inscrito como território e sua afinidade com o biopoder (Foucault, 1999) é a forma máxima de controle. O poder estatal age diretamente sobre o corpo, e é por isso que, dessa perspectiva, é possível dizer que os corpos torturados no regime militar

expõem a marca da extrema violência patriarcal, em que os sinais de seu controle são pendurados e exibidos, como também ocorreu nas ações contra a guerrilha do Araguaia e suas guerrilheiras. Como veremos posteriormente.

Dinalva oliveira – a dina

Dinalva Oliveira nasceu no estado da Bahia, mais precisamente no distrito de Argoim, atual cidade de Rafael Jambeiro no ano de 1945. Segunda filha do casal Elza Conceição Bastos e Viriato Augusto de Oliveira, morou na cidade até seu quinto ano educacional, momento em que sua família se muda para a capital Salvador, em busca de melhores condições (Cavalcanti Junior, 2024).

Já em sua adolescência Dinalva ingressou no Colégio Central, importante instituição no processo de engajamento do movimento estudantil secundarista em Salvador. Como destaca Souza (2013, p. 44), "Politicamente, os alunos do Central e demais estudantes de Salvador, nos anos 1960, sofriam influências de líderes vinculados a várias organizações de esquerda". Nesse sentido, destacamos a importância dos movimentos estudantis secundaristas, pois não apenas renovaram os quadros partidários e universitários, reprimidos nos anos de ditadura, mas foram fundamentais na luta por melhorias no campo educacional e de resistência no período (Silva, 2014).

Nesse processo, Dinalva tem seus primeiros passos na militância estudantil, algo que desenvolve ao adentrar a Universidade da Bahia, em 20 de abril de 1964, já em contexto de ditadura militar, para cursar geologia. Durante sua trajetória estudantil, Dinalva se aproximou e posteriormente ingressou no Partido Comunista do Brasil (PC do B), algo que, segundo Amálio Couto em entrevista para Santos (2004), ocorreu em 1966. Nesse sentindo, segundo ele o recrutamento ocorria da seguinte forma:

> [...] primeiro, nós conversávamos sobre a situação para ver o grau de politização. Depois passava documentos do partido para ele ler. Nós discutíamos os textos para ver se ele concordava ou não com a linha politica do partido. Depois que ele se convencia, ele começava a participar integralmente do partido. Ele começava como um simpatizante, o militante ai começava a criar uma base na sua escola [...] (Couto, 26/06/2000)[7].

[7] Entrevista de Amálio Couto fornecida a Santos (2004, p. 35)

Cabe destacar que, para muitos partidos, a tentativa de reestruturação ocorreu a partir da ala estudantil principalmente com a ampla perseguição a ilegalidade partidária estabelecida pela repressão. Mas também ressaltamos quando o setor estudantil foi duramente perseguido, algo que se deu já no dia 1º abril de 1964 com a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) sendo incendida, algo que ao longo dos anos se somou à prisão de discentes e docentes, além de espaços fechados e a tentativa de cerceamento nos espaços secundaristas e acadêmicos (Sanfelice, 2015). De toda forma, o movimento estudantil não deixou de se articular politicamente, criando caminhos e formas de resistir, tendo em vista que as universidades e demais espaços de sociabilidade acadêmicos foram severamente perseguidos (Motta, 2014).

Já em 1967, Dinalva chegou a concorrer no pleito para a direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE), saindo derrotada, porém já se destacava por sua liderança política. Em entrevista a Santos (2001), a geóloga Teodora Costa destacou que Dinalva tinha uma liderança nata, relacionando a gentileza com sua solicitude, mas, sem deixar de aceitar as coisas de forma pacífica. “Dinalva costumava dizer: ‘o meu problema é que não sei ficar calada. Possuía uma personalidade marcante, forte’” (Santos, 2001, p. 36). Inclusive, quando o tema é a personalidade de Dinalva, estudos como os de Morais e Silva (2015) e Cavalcanti Junior (2024) sinalizam-na como um aspecto recorrente em documentos e entrevistas sobre ela.

Com o desenvolvimento de uma política repressiva em todo o Brasil, no estado da Bahia, em 1969, por exemplo a diretora da escola de Geologia da UFBA, Maria Alba Lacerda, acusou Dinalva e outros colegas de estarem a frente de uma ocupação que teria ocorrido em 1968 (Cavalcanti Junior, 2024). Em decorrência da acusação, bem como de “cuidar” da subversão nas universidades, em janeiro de 1969, a Procuradoria Militar pediu à Polícia Federal que iniciasse uma investigação das atividades, ouvindo docentes e intimando discentes, tais como Dinalva[8] (Santos, 2004).

Ainda em 1969, Dinalva e Antônio Monteiro, colegas do curso de geologia, já envolvidos com a vida política se casam em Salvador (Merlino; Ojeda, 2010). Contudo, devido a toda a perseguição, “optam” por saírem de Salvador, deslocando-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde passaram a trabalhar no Departamento Nacional de Petróleo, órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia (Santos, 2004). Posteriormente, ingressam na luta armada no

[8] Merlino e Ojeda (2010) destacam que, durante o período universitário, Dinalva chegou a ser presa e pouco tempo depois liberada, porém os autores não trazem informações sobre data ou circunstâncias.

campo junto ao PC do B, fazendo parte da guerrilha do Araguaia, momento que será mais bem descrito no próximo tópico.

A Dina do Araguaia – a chegada e militância

Em termos de organização, como já apontado neste artigo, o PC do B dividiu a região da guerrilha em três destacamentos, o A, o B e o C. O motivo dessa divisão se deu tanto pela segurança, quanto pela melhor distribuição militante no espaço (Campos Filho, 1997). No caso de Dinalva e Antônio, eles foram alocados no destacamento C, entre as regiões de São Geraldo do Araguaia e Piçarra no Pará.

Uma vez na Guerrilha, Dinalva passou a exercer diferentes funções junto à sua militância, tais como professora, parteira, além de juntamente a seu companheiro terem organizado um pequeno comércio local. Quanto à sua vida na mata, como apontam Morais e Silva (2012), a sua formação em geologia foi importante não apenas para ela, mas para toda a guerrilha, uma vez que:

> A formação acadêmica facilitava o reconhecimento de lugares pelas cores das rochas, pela inclinação do terreno, pelo tipo de solo e vegetação. Dina e Antônio fizeram um mapa de toda a área, usado pelos três destacamentos. O refúgio, diziam, estava na região do Xingu, melhor lugar para os guerrilheiros se protegerem caso houvesse necessidade de retirada diante de ataques militares (Morais; Silva, 2005, p. 114).

Corroborando com Morais e Silva (2005) em entrevista à Cavalcanti Junior (2024), o guerrilheiro José Genoíno Neto (codinome Geraldo) sobrevivente do Araguaia, destacou:

> A Dina foi muito importante. Como geóloga ela fez toda a tecnologia. Ela desenvolveu toda a tecnologia da gente fazer mapa com grau de precisão muito grande, a gente pegava a bússola andava tantos minutos e colocava o azimute, o norte magnético e ia diferencial, depois você botava aquele mapa no papel, a diferença era mínima. Era um mapa muito mais preciso do que aqueles grandão do IBGE. E foi ela que ensinou pra nós essa técnica de fazer mapa, ela era formada em geologia (Cavalcanti Junior, 2024, p. 129).

A partir do que aponta Genoíno, a elaboração do mapa naquele contexto foi fundamental, uma vez que era uma área até então pouco conhecida e que a experiência de Dinalva no âmbito da geologia foi salutar. Com o passar do tempo ela passou a ser cada vez mais reconhecida pelas diferentes ações que realizava na região, tanto pelas/os companheiras/os, como descrito, quanto pela população local.

Em âmbito local, com sua presença ativa na região, Dina passou a receber o reconhecimento de camponeses e de suas famílias, pois como destaca Campos Filho (1997, p. 95): “O fato é que Dina se impusera pela disposição de servir à população, fosse dando aulas para as crianças e jovens ou ajudando nos partos nas cidades e roças, mesmo nas mais distantes”. Nesse aspecto, em entrevista a Campos Filho (1992) disponibilizada pela CNV (2014), dona Domingas, camponesa e moradora da região no período, destaca:

> Eu qualificaria eles assim como pessoas boas, pessoas que estavam a trabalho da comunidade, sem maldade. Eles inclusive cuidaram de muitas pessoas lá, pessoas doentes. Eu mesmo, tenho um menino que tá até aqui em casa, eu "tava" grávida nessa época e até ia perder esse menino se não fosse a Dina, la fez meu tratamento com Dr. Paulo. Ele era ginecologista e me ajudou muito inclusive ele disse assim: você vai para a cidade, fazer uma cesária, operar, porque esse menino não vai nascer normal. E não nasceu normal, foi um enfermeiro lá de Xambioá que me tirou ele através de ferro (CNV, 2014)[9].

No caso de Dinalva, não apenas seus feitos ligados à militância política se fizeram presentes na região, mas, principalmente, sua atuação direta com a população local. Nesse sentido, cabe destacar que, ainda que nosso foco seja Dina, todas as pessoas envolvidas na guerrilha contribuíram tanto para a tentativa de diminuir as mazelas e o abandono do Estado à época como para propor mudanças efetivas, tais como ações na saúde, no bem-estar social e econômico, além da educação. Consequentemente, a popularidade guerrilheira cresce, algo que de certa forma contribui para seu desenvolvimento, mas, também para sua exposição (Cavalcanti Junior, 2024).

Com o crescimento da participação guerrilheira, em 1972 o Estado inicia a Operação Papagaio, a qual enviou mais de três mil e duzentos soldados com destino à região (Correa, 2013). Ainda segundo o autor mencionado, em setembro daquele ano, oito pessoas já haviam sido mortas, dentre eles Antônio Monteiro, companheiro de Dinalva. Nesse contexto, além do fechamento do cerco, outra ação da repressão foi promover a aproximação popular. Para isso, iniciaram as Ações Cívico-Sociais (ACISO’s), que tinham como função promover serviços na área da saúde, distribuição de alimentos, recreações etc., além do amor patriótico, em síntese construir uma imagem positiva das forças armadas e do Estado, na tentativa de fazer um contraponto às ações realizadas pelas/os militantes (Guimarães, 2017). Isso foi um dos pontos que também contribuíram para o desmantelamento da guerrilha, tendo em vista que muitos

[9] Arquivo CNV, 00092.002425/2014-85: Entrevista de Domingas concedida a Romualdo Pessoa Campos Filho, em 1992. Disponível em: Nota 117 - 00092.002425_2014-85 Arag-e01 - d. Domingas.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

camponeses passaram a delatar as/os militantes, muitos sob tortura e intimidação da repressão (Mechi, 2013). Como aponta Mechi:

> O fato de dar abrigo a estranhos, situação corriqueira na vida dessa população, tornou-os suspeitos de colaboração com a guerrilha. O número de moradores presos varia muito nas fontes consultadas; de 80 a 90 segundo o Ministério Público, até 300 nos depoimentos de moradores e militares. Não é possível precisar o número exato, pois não há, salvo em raros casos, registros oficiais sequer de que as prisões tenham ocorrido (2013, p. 172-172).

Retomando a discussão sobre Dinalva durante a Guerrilha do Araguaia, é fundamental problematizar o fato de que, apesar da presença de dezesseis mulheres entre os três destacamentos, apenas ela chegou a ser subcomandante. Segundo Cavalcanti Junior (2024), não ficaram nítidas as motivações para que apenas uma mulher tenha sido subcomandante de um destacamento, tendo em vista que os destacamentos A, B e C eram dotados de comandante e subcomandante, sendo que todos foram ocupados por militantes homens. Tal constatação decorre, principalmente, do fato de que quase todas as mulheres que estiveram na região já tinham certa experiência nas ações contrárias à ditadura, em que muitas tinham sido presas e vinham sendo procuradas pela repressão (Campos Filho, 1997). Ou seja, falta de experiência política e/ou preparação não foram aspectos que justificassem tal ocorrência; logo, não há um motivo claro para a única participação de mulheres no alto comando da guerrilha. Por outro lado, também compreendemos que, independente dessa posição estabelecida, as mulheres estiveram à frente das mais variadas ações durante a guerrilha do Araguaia, sendo salutares para sua composição e principalmente para sua resistência.

Ao analisar a guerrilha do Araguaia sob a perspectiva das relações de gênero, entendo que esta permite observar a tomada de decisões e opções pensadas desde a articulação/montagem à organização e distribuição de “cargos” entre militantes. Contudo, ressaltamos que o presente artigo não tem como objetivo realizar uma autocrítica do passado por meio do presente quanto às escolhas do PC do B. Mas, a partir da categoria de gênero, encontramos possibilidades de análise fundamentais, pois, como destaca Ribeiro (2018), devemos nos atentar muito mais para ações femininas do que para possíveis embates, evitando comparações, mas entendendo que tais prerrogativas são fundamentais.

Nesse sentido, a partir da composição guerrilheira e do imaginário social, Antônio Monteiro passou a ser reconhecido como Antônio da Dina. Algo que destoa de documentos

do período que tinham como caraterística relacionar a mulher militante como companheira de alguém (Colling, 1997). Para tanto, cabe uma breve apresentação do militante baiano Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio, ou Antônio da Dina). Ele nasceu em 8 de agosto de 1944, e ficou conhecido na região do Araguaia por suas ações e por sua importância local (Correa, 2013). Segundo consta em documentos da repressão, disponibilizado pela CNV, datado no ano de 1972, Antônio atuou como professor na Escola dos Padres de São Félix. Como consta na documentação:

> Vários habitantes identificaram a fotografia de ANTONIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA, como sendo o professor 'ANTONIO', que lecionou no período de junho a dezembro de 1971 na Escola dos Padres de São Felix, situada em Terra Nova, no sopé da Serra do Roncador. O Professor Antônio se fazia acompanhar de uma professora e enfermeira, de cor morena, alta, que atendia pelo nome de DIOMAR. Todas as pessoas do local acham-na parecida com a fotografia de DINALVA CONCEIÇÃO OLIVEIRA – 'DINA'. Obs.- 'ANTONIO' foi guerrilheiro do PC do B em XAMBIOÁ. 'DINA', faz parte ainda da referida ação de guerrilha[10] (ACE 54616/72, fl. 03, Anexo: bloco D1).

O nome Diomar, nas análises realizadas por Cavalcanti Junior (2024), não deixa preciso se tratar de Dinalva Oliveira, contudo não seria incomum devido à necessidade de cuidados com a guerrilha. Isso porque os codinomes ajudariam a despistar a repressão em caso de chegada à região, como ocorreu em 1972. Cabe ressaltar que o fato de Antônio receber o apelido "da Dina" não é visto por nós com nenhum demérito para o referido, porém denota a representatividade de Dina para a região e para a guerrilha. Assim, à luz de Foucault (1984), entendemos que dispositivos de poder foram criados pelas sociedades modernas/capitalistas, que passaram a disciplinar corpos e os diferenciar, trazendo prerrogativas morais e biológicas que permanecem emaranhadas na sexualidade.

Como pontua Rago (2013, p. 265): "desde o nascimento da ginecologia moderna, no início do século XIX, o saber médico passa a definir a mulher como um ser biológico e moralmente diferente e inferior em relação ao homem". Com isso, a nomenclatura "Antônio da Dina" traz um significado, ainda que simbólico, nas relações de poder vivenciadas naquele ciclo social e uma ruptura em sua representação. Tem-se em vista que a repressão buscava

[10] Documento disponível em: https://cnv.grauna.org.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2023%2C%2033%20-%2000092.0024182014-83.pdf>. Acesso em 19 ago. de 2020.

retirar o protagonismo e liberdade feminina, relacionando as ações femininas ao seu companheiro, algo que se difere do caso de Dinalva.

Nesse sentido, ao fazermos uma genealogia[11] da Dina, vamos descobrindo uma história feminina que subverteu, contestou, desestabilizou os valores e discursos masculinos inscritos na história da guerrilha do Araguaia, levando a uma compreensão das formas pelas quais os mecanismos de produção de nossas identidades de gênero se dirigem fundamentalmente ao corpo como território de disputa.

Nossas análises sobre o protagonismo das mulheres na história têm sido excessivamente misóginas, intelectualistas e masculinizadas. Mas, se há alguma coisa importante que nos foi ensinada pela literatura, pela historiografia feminista nas últimas décadas, é que o gênero – como uma imposição eurocêntrica e colonial – restringiu as mulheres à esfera privada, ao lar, à passividade, a obediência e à subordinação. Era de se esperar que qualquer conduta que rompesse esses modelos para além dessas características fosse considerada desviante, subversiva, estranha, deslocada do seu lugar. Como exceções que fogem à regra, estão as guerrilheiras do Araguaia, representadas neste artigo por Dinalva Oliveira, a Dina, cujas ações e condutas contestaram o regime militar passaram à margem da história.

Considerações finais

A guerrilha do Araguaia segue sendo um tema a ser explorado e é possível observar desde o trabalho pioneiro de Campos Filho (1997) um alargamento dos debates e das inúmeras questões a serem exploradas. A trajetória de Dinalva, a Dina, nascida na Bahia e que tombou bravamente no Araguaia, não termina com nosso texto, assim como a luta contra seu apagamento histórico, o qual acompanha todas as outras guerrilheiras que estiveram com ela, mas reafirmam a importância da militância feminina contra a ditadura militar.

Em 2010, a Corte Interamericana julgou e condenou o Estado Brasileiro pelos desaparecimentos de sessenta pessoas que estiveram no Araguaia[12], porém os corpos, como

[11] A categoria genealogia que aqui usamos a partir de Michel Foucault, como um método de análise histórica que busca rastrear a origem dos termos e conceitos, exatamente para desnaturalizar o presente, mostra que o que parece estável e natural hoje foi construído, historicamente, por meio de jogos de poder e de discursos de gênero.

[12] Disponível em: Sentença da CDIH no Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) e o GT Justiça de Transição — Linha do Tempo MPF. Acesso em: 27 jul. 2025.

o de Dinalva, jamais foram devolvidos para as famílias, perfazendo o que Lima (2019) denomina como luto inconcluso.

Muito mais do que qualquer reparação, tendo em vista o impacto que essas famílias tiveram, o que nos resta é a luta por memória e contra o esquecimento, tendo em vista a escalada negacionista que vem nos afetando ao longo dos últimos anos. Um outro aspecto importante que não podemos deixar de registrar é que as mulheres, ao enfrentarem a repressão durante as ditaduras militares sob o viés de gênero constituem, portanto, uma transformação substancial na maneira de ler e pensar a história brasileira, que até então, atribuía aos homens o protagonismo no enfrentamento ao regime. É preciso dar conta desse aparente paradoxo entre uma violência que se colocou diante das diferenças socialmente atribuídas a homens e mulheres na guerrilha e que, ao mesmo tempo, assumiu formas e contornos do sistema de gênero então vigente na própria historiografia.

A importância histórica da luta promovida pelas mulheres em prol do retorno democrático no Brasil e na América Latina, foi e continua sendo fundamental para a democracia ainda em construção. Nesse sentido, deve-se não apenas reafirmar que houve uma ditadura no Brasil, como também que mulheres estiveram na linha de frente da militância política é um dever, dever de memória, para que as Dinas de ontem, sejam para sempre lembradas e que as Dinas do amanhã tenham caminhos abertos para a luta que se seguirá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. *Corpos que importam:* os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n. 1 edições; Crocodilo, 2019.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia* – A esquerda em armas. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary A. *As Dinas do Araguaia:* diferentes trajetórias de

uma luta contra a Ditadura Militar. 2020. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2020.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary A. *As Dinas do Araguaia: p*rotagonismo feminino na luta contra a ditadura militar. Salvador: Sagga Editora, 2024.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.* Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos. 1997.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais:* a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

CORRÊA, Carlos Hugo Studart. *Em algum lugar das selvas amazônicas:* As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 2013. 619 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS. UNB, 2013.

DELGADO, Lucília. A. N. Movimentos sociais e políticas reformistas no governo João Goulart. *In:* TOLEDO, C. N. *1964:* o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014. p. 9-28.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. *In*: ARAUJO, Maria Paula Nascimento *et al*. *Ditadura e democracia na América Latina: b*alanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 53-76.

FERREIRA, E.F.X. *Mulheres, militância e memória.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I:* vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT. Michel. *Em defesa da sociedade.* Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT. Michel. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.

FRAISSE, Geneviève. *Del consentimiento.* México: Universidad Nacional Autonoma del México; Programa Universitário de Estudios de Género (PUEG), 2012.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Conquistando corações e mentes: As ações cívico-sociais no contexto da repressão à guerrilha do Caparaó. *In*: *A ditadura aconteceu aqui: A* história oral e as memórias do regime militar brasileiro. Orgs: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. SP: Letra e Voz, 2017. p. 29-44.

JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina S. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.* Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 225-245

LIMA, Gilneide de Oliveira Padre. *Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça:* um estudo do caso Dinaelza Coqueiro. 2019. 238 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

MAKLOUF, Luís. *Mulheres que foram à luta armada.* São Paulo: Globo, 1998.

MECHI, Patricia Sposito. Camponeses do Araguaia: da guerrilha contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra. *Projeto História:* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 46, 2013.

MORAIS, Taís. SILVA, Eumano. *Operação Araguaia:* os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e a ditadura militar.* Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se:* feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada:* protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Revista Tempo Social,* São Paulo, USP, v. 2, n. 2, p. 113, jul./dez. 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v2n2/0103-2070-ts-02-02-0113.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira.* 1. ed. São Paulo: Unesp, 1993.

SANFELICE, José Luís. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. *In*: MARCO, Jorge; SILVEIRA, Helder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim. *Violência e Sociedade em Ditaduras Ibero-Americanas no Século XX:* Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015. p. 61-78.

SANTOS, Andréa Cristiana. Memórias da Resistência: perfil biográfico dos desaparecidos políticos baianos na Guerrilha do Araguaia. *Trabalho de conclusão de curso (TCC).* Bacharelado em Comunicação Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SANTOS, Andréa Cristiana. *Ação entre amigos:* História da Militância do PC do Brasil em salvador (1965 1973). 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2004.

SEGATO, Rita. *Contrapedagocias de la crueldad.* Buenos Aires: Prometeo Libros, 2019.

SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução:* as vicissitudes políticas do PCB, 1954- 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Ivy Souza da. *Cartazes do movimento estudantil:* a contribuição da conservação para a construção da memória da atuação secundarista na ditadura militar. 96 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

SCOTT, Joan W. Prefácio a *Gender and Politics of History*. *Cadernos Pagu,* n. 3, Desacordados, desamores e diferenças. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, p. 11-27, 1994.